

Acordo reduz a dívida total do México em 13%, diz economista

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

O presidente Carlos Salinas de Gortari apresentou aos mexicanos como um grande sucesso o acordo de seu governo com os bancos comerciais. "Nenhuma negociação internacional em marcha se propõe a eliminar o endividamento por completo", disse ele, "mas no México já resolvemos o problema da carga excessiva da dívida que pesava sobre os ombros dos mexicanos."

Um enorme coro de discordâncias vem repercutindo o discurso de Salinas. "O resultado para os mexicanos é desapontador", disse ontem a este jornal o professor John Caskey, do Swarthmore College, que prepara um ensaio sobre o Plano Brady. "O alívio de cerca de US\$ 1,5 bilhão na conta de juros do país evidentemente melhora, mas não resolve a questão do crescimento da economia", acrescentou.

O presidente Salinas "está apresentando o acordo como uma vitória política", observa o professor Caskey, "mas quando se olham os números, é preciso ser um pouco cético. O Brasil, com um grande saldo comercial, talvez obtivesse maior estímulo para

seu crescimento, caso consigo o mesmo acordo que o México. Mas os bancos não parecem dispostos a estender a outros países esse mesmo acordo".

A conclusão do economista Shafiqul Islam, membro sênior do Council on Foreign Relations de New York, é semelhante. Ele observa que a opção para reduzir 35% do principal se refere a apenas 80% da dívida mexicana de cerca de US\$ 52 bilhões com os bancos comerciais. A redução real, portanto, não seria de 35%, mas de 27%. Quando se leva em conta a dívida externa total do País, de cerca de US\$ 107 bilhões, a redução total possível será de apenas 13%.

"A simples variação da Libor, a taxa de juros em Londres que os bancos tomam como base nesses acordos, costuma reduzir ou aumentar até US\$ 2 bilhões a conta de juros anual do México", disse ontem a este jornal o professor Islam, "que é de cerca de US\$ 9 bilhões anuais. A redução de juros prevista no acordo deverá ser de cerca de US\$ 1,2 bilhão a US\$ 1,3 bilhão anuais. Isso significa que o Plano Brady estaria no máximo cobrindo a variação da Libor, o que é muito pouco."

Mas Shafiqul Islam entende a manobra política do presidente Salinas. "Ele tem boa formação econômica e provavelmente não discordaria do que estou dizendo", argumenta, numa menção ao doutorado em economia que Salinas fez em Harvard. "Mas embora saiba que não fez um bom acordo, o presidente não pode dizer isso. O ponto crítico para ele é restabelecer a confiança dos mexicanos na economia do país. Então ele tem que apresentar o acordo como um sucesso e precisa convencer seu povo para que os investimentos retornem", acenou.

PONTO CRÍTICO

Os investimentos são um ponto crítico para a economia mexicana, que fez um penoso ajuste depois da crise de 1982, e é hoje cerca de 10,4% menor do que era em 1980. "Antes, por causa do endividamento excessivo, a cada dia trabalhávamos mais e sem embargo estávamos pior", disse o presidente Salinas aos mexicanos.

"Agora, mediante o resultado da negociação, teremos que continuar trabalhando intensamente, porém para estar cada dia, gradualmente, melhor", prometeu.

O efeito que o acordo em si poderá ter também ainda não está claro. "Os bancos podem optar entre oferecer dinheiro novo, dar desconto de 35% no principal ou estabelecer uma taxa de juros fixa de 6,25%", disse ontem a este jornal um vice-presidente de um grande banco credor. "Como já se espalha pelo mercado que os bancos de qualquer modo vão perder dinheiro com o México, o mais provável é que eles façam uma combinação dessas alternativas", ponderou.

A diferença para os bancos é se eles preferem perder dinheiro agora, ou seja, realizar logo o prejuízo de 35% no principal em troca dos novos títulos colateralizados por um cupom zero do Tesouro dos Estados Unidos, ou se preferem adiar essa hipótese para mais tarde.

"Por razões contábeis, é possível que os bancos prefiram logo atualizar o prejuízo agora", disse o banqueiro. O acordo com o México, por enquanto, pouco afetou os ativos dos bancos no mercado secundário. "Há uma variação de apenas um quarto de dólar no título desse país desde o anúncio do acordo", afirmou ontem um operador da Salomon Brothers.